

OPINIÃO

5 passos para a construção de uma Nova Geografia da segurança alimentar e nutricional

Fabiana Alves do Nascimento e Ana Paulo Bortoletto 25 de Novembro de 2022
(atualizado em 28 de Dezembro de 2023)



Aprimorar os mecanismos de gestão de políticas públicas, implementar guias alimentares e criar medidas regulatórias para ultraprocessados fazem parte das propostas

TEMAS

DESIGUALDADE

GESTÃO

SISTEMAS ALIMENTARES

PARCEIRO

CÁTEDRA J. CASTRO/USP

COMPARTILHE



NEWSLETTER

INSCREVA-SE

Em 2021, o clássico “Geografia da Fome”, de Josué de Castro, completou 75 anos desde sua primeira publicação. Foi nesse contexto em que nos perguntamos: como construir uma “nova geografia”, não da fome, mas da segurança alimentar e nutricional? Desse questionamento nasceu o seminário “Geografia da Fome, 75 anos depois: novos e velhos dilemas”, realizado em dezembro de 2021. Das discussões desse encontro nasceu o livro “Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro”, lançado recentemente junto à Editora Elefante e com uma versão digital de acesso livre.

Já em 2022, dando sequência aos debates, reunimos um grupo com alguns dos

medidas capazes de resolver problemas decorrentes da produção, distribuição e consumo de comida no país. Ao todo, os especialistas prepararam quatro textos que agregam indicadores e compilam ações políticas e iniciativas da sociedade civil, bem como oferecem diretrizes voltadas a combater, entre outros, o recrudescimento da fome; as mudanças climáticas; e o aumento de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à má alimentação e ao consumo de alimentos ultraprocessados. Os dois primeiros documentos foram lançados no início de setembro e já podem ser [acessados na íntegra](#).

Neste espaço, em parceria com o **NexoPolíticas Públicas**, apresentaremos um resumo das propostas que imaginam e desenham outro sistema alimentar no Brasil, de fato saudável e sustentável. Este primeiro texto foca em questões de saúde e nutrição.

1) Aprimorar os mecanismos de gestão para qualificação da atenção alimentar e nutricional para enfrentar as diferentes formas de má nutrição

O SUS (Sistema Único de Saúde) é fundamental para que o setor de saúde possa propor, gerir, implementar, avaliar e fiscalizar políticas que atuem sobre os sistemas alimentares, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Demanda, para isso, financiamento adequado, alinhamento do modelo de atenção à saúde aos princípios do sistema e aos desafios em saúde da atualidade, qualificação da gestão e das equipes, continuidade de mecanismos de controle social, articulação intersetorial, entre outros aspectos.

O novo modelo de financiamento da APS (Atenção Primária à Saúde), por exemplo, ao desestruturar as Equipes Saúde da Família e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, produz um retorno a um modelo biomédico de atenção à saúde, na contramão das evidências sobre a importância da atuação multi e interprofissional e dos processos educativos para a produção do cuidado de problemas complexos e multifatoriais, como as DCNTs (Doenças Crônicas Não Transmissíveis), maior causa de mortalidade no mundo.

Faz-se necessário fortalecer a estrutura de gestão do SUS e resgatar um modelo de atenção que tenha condições reais de enfrentar os problemas, inclusive alimentares e nutricionais, e de atuar no sentido da promoção da alimentação adequada e saudável.

2) A implementação dos Guias Alimentares como orientadores de políticas em diferentes setores

alimentares sustentáveis) têm sido relacionados a transformações positivas no ambiente alimentar. Em [relatório](#) sobre a situação dos Guias Alimentares na América Latina e Caribe, a FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e a OMS (Organização Mundial da Saúde) recomendam aos países que desenvolvam estratégias abrangentes de implementação dos Guias Alimentares em diferentes níveis, para influenciar políticas governamentais e a atuação da indústria de alimentos.

3) Medidas regulatórias implementadas pelo Estado para favorecer a alimentação adequada e saudável

Entre as abordagens para definir quais alimentos devem ser alvo dessas medidas, as evidências consolidadas na literatura sobre os impactos deletérios dos produtos alimentícios ultraprocessados na saúde humana e no meio ambiente já são suficientes para respaldar o uso da [classificação NOVA](#) como parâmetro. As políticas públicas baseadas em evidências que atuam na regulação dos ambientes alimentares são consideradas as mais efetivas para restringir o acesso a esses produtos e promover o consumo de alimentos in natura e minimamente processados. Os principais exemplos dessas políticas são a adoção da rotulagem nutricional frontal de advertência, a restrição da publicidade de alimentos, as medidas tributárias e a regulação nos ambientes alimentares escolares.

É seguro ressaltar que, diante dos interesses comerciais e da forte influência política que exercem, a atividade política corporativa das grandes indústrias de produtos ultraprocessados para evitar a aprovação de medidas regulatórias representa um dos maiores desafios para o avanço dessas ações.

4) Fortalecimento da proteção, apoio e promoção ao AM (Aleitamento Materno) e AC (Alimentação Complementar) saudável

Apesar da trajetória brasileira bem-sucedida e reconhecida internacionalmente, obtida a partir de diversas iniciativas e políticas que incorporam a temática, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, houve uma certa estagnação nos indicadores recentes de AM, ainda distantes das recomendações da OMS.

A criação da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno no Brasil tem sido indicada como uma alternativa para impulsionar novos avanços nos indicadores. Com uma política interfederativa e intersetorial, alinhada

e transversal à Rede de Atenção à Saúde.

5) Consolidação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) como um programa estratégico de promoção da alimentação adequada e saudável

O PNAE brasileiro é uma referência mundial na garantia de acesso à alimentação de qualidade para milhões de estudantes da educação básica pública. Desde 2009, no mínimo 30% do valor repassado para o PNAE deve ser destinado à compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (lei n. 11.947/2009).

Cabe destacar também o papel do programa na EAN (Educação Alimentar e Nutricional), no incentivo ao desenvolvimento de habilidades culinárias, bem como na promoção da alimentação e práticas alimentares adequadas e saudáveis, segundo as orientações do Guia Alimentar da População Brasileira e no incentivo à valorização das culturas alimentares e alimentação tradicional.

A implementação da lei nos municípios ainda está aquém do esperado, demandando maior informação sobre a lei pelos gestores; melhoria na comunicação entre a gestão e os agricultores locais (exemplo: na divulgação dos editais de chamada pública); apoio técnico à agricultura familiar; qualificação sobre a classificação NOVA no âmbito do PNAE; elaboração de cardápios mais alinhados aos gêneros produzidos no município; entre outros. Além disso, o reajuste anual dos valores repassados pela União aos estados e municípios, pela inflação, é fundamental para garantir a viabilidade do programa.

Fabiana Alves do Nascimento é nutricionista e mestra em nutrição em saúde pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo). Possui experiência como docente em curso de graduação de nutrição e como nutricionista em ambulatório multiprofissional. Atua em projetos de implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Ana Paula Bortoletto é nutricionista, pesquisadora do Nupens-USP (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo) e da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da USP.

Os artigos publicados na seção Opinião do Nexo Políticas Públicas não representam as

NAVEGUE POR TEMAS

AUTORITARISMO AVALIAÇÃO BIODIVERSIDADE CIDADES CONSERVAÇÃO CORONAVÍRUS
CULTURA DEMOCRACIA DESIGUALDADE ECONOMIA ECONOMIA DA SAÚDE EDUCAÇÃO
ENERGIA FILANTROPIA GESTÃO INSTITUIÇÕES JUVENTUDES LONGEVIDADE
MEIO AMBIENTE MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARTICIPAÇÃO PRIMEIRA INFÂNCIA QUESTÃO RACIAL
RELIGIÃO SAÚDE SISTEMAS ALIMENTARES

PERGUNTAS QUE A CIÊNCIA JÁ
RESPONDEU

**Como o setor
ferroviário
pode se
tornar um
 pilar da
economia
brasileira, em
5 pontos**

CENERGIA/COPPE/UFRJ
VEJA AS RESPOSTAS >>



ACADÊMICO

**O Novo PAC e os
caminhos para o
desenvolvimento
socioambiental na
Amazônia**

CPI/PUC-Rio



DADOS

**A expectativa de
vida no Brasil em
quatro gráficos**

Gabriel Zanlorenssi e Giovanna
Hemerly

PARCEIROS



CATEDRA JOSUÉ DE CASTRO
DE SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

CEBRAP
centro brasileiro de análise e planejamento


cenergia


centro de estudos da metrópole

CENTRO DE PESQUISA
TRANSDISCIPLINAR
EM EDUCAÇÃO
Evidências e inovação
para políticas públicas

 CLIMATE
POLICY
INITIATIVE

 **FAPESP**
MUDANÇAS
CLIMÁTICAS

gema
Grupo de Estudos
Multidisciplinares
de Ação Afirmativa

GovAmb

 HARVARD UNIVERSITY
DAVID ROCKEFELLER CENTER
FOR LATIN AMERICAN STUDIES
BRAZIL

 **IEPS**
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

ISER

 **J-PAL**
ABDUL LATIF JAMNEEL POVERTY ACTION LAB
LATIN AMERICA AND CARIBBEAN

LAUT

APOIADORES



IBIRAPITANGA



INFORMAÇÕES

[SOBRE O NEXO PP](#)

[APOIADORES](#)

[CONTATO](#)

[PADRÕES EDITORIAIS](#)

[TERMOS DE USO](#)

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

[ISSN 2965-0879](#)

REDES SOCIAIS



